

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda tem alertado para a crescente precarização das condições laborais e salariais dos trabalhadores da Embaixada e Consulados de Portugal no Brasil.

Deste 2013 que existe um conflito salarial entre os trabalhadores deste serviço externo, em que estes são os únicos trabalhadores que possuem a respetiva tabela salarial na moeda local, neste caso em Reais (R\$). São cerca de 80 trabalhadores afetados, o que já levantou contra o Estado Português cerca de 60 processos judiciais. Esta situação, enquadrada em negociação sindical, continua por resolver.

Não bastasse essa diferenciação de tratamento, existe igualmente uma duplicidade de aplicação de taxas cambiais. Segundo informações disponibilizadas ao Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda pelo Sindicato dos Trabalhadores Consulares e das Missões Diplomáticas (STCDE), estes trabalhadores possuem um vencimento bruto de 3100€ que, após os respetivos descontos tributários, passa a ser de 980€ (valor líquido), ou seja, menos de 1/3 da remuneração base. Este fato advém do uso de um câmbio “padrão” fictício de 2,638 por cada € para contabilização dos descontos, ao passo que é utilizado o câmbio referente ao primeiro dia útil do mês que no último mês rondou os 4,7859 por cada Euro para a aferição do salário propriamente dito.

Poderíamos especular de uma perseguição a estes trabalhadores e trabalhadoras a desempenhar funções no Brasil, na aplicação de padrões diferenciais e penalizadores para o desempenho das suas funções. Estas opções do Governo Português colocam em causa tanto a estabilidade e lisura da remuneração destes trabalhadores bem como a sua sustentabilidade e sobrevivência em solo brasileiro.

*Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério dos Negócios Estrangeiros, as seguintes perguntas:*

1. Quando pretende o Governo solucionar a excecionalidade do caso dos trabalhadores consulares no Brasil?
2. O que leva à aplicação de duplo critério de taxa cambial com padrões distintos?
3. De que forma pretende o Governo responder para corrigir esta desigualdade na taxa cambial que penaliza profundamente estes trabalhadores?

Palácio de São Bento, 26 de setembro de 2018

Deputado(a)s

MARIA MANUEL ROLA(BE)

PEDRO FILIPE SOARES(BE)